

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



## ATA

12.ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2020-2022)

24.setembro.2022

9:30 h, Funchal - Madeira

### Participaram na reunião:

- a. **Presencialmente:** Adriana Floret, Andreia Caetano (em substituição de Nuno Freitas), Désirée Pedro (em substituição de Luís Miguel Correia), Carlos Antunes, Fátima Matos, Francisco Domingos, Igor França, Ivo Oliveira, João Belo Rodeia, João Fagulha, José Luís Fernandes, José Martinez, Leonor Cintra Gomes, Lino Paixão, Luís Tristão, Marta Falcão, Maria Manuel Oliveira, Manuel Rosa, Manuel Ferreira, Paulo Pardelha e Paulo Seródio.
- b. **Por “zoom”**, tendo apresentado justificação de acordo com o artigo 7.º do Regimento: Ana Nascimento, Décio Ferreira, Lia Ferreira, Luís Oliveira, Patrícia Fernandes Rocha e Telmo Cruz.
- c. **Não estiveram presentes:** Carlos Veloso.  
**Foram convidados** e estiveram presentes: Susana Gouveia de Jesus, Presidente do CDR da Madeira, e Carla Lima Vieira, Secretário do CDN.  
**Estiveram presentes** Bernardo Pinheiro, assessor jurídico da AdD, e Fátima Marques, responsável pelo secretariado administrativo da reunião.

### Ordem de trabalhos:

1. Boas vindas pela Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional da Madeira, arquiteta Susana Gouveia Jesus;
2. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse;
3. Aprovação das atas das 10.ª e 11.ª reuniões da AdD, realizadas em 4 de junho e 9 de julho; (anexo)
4. Apreciação e votação da Proposta de Plano de Atividades AdD 2023 (anexo);
5. Ponto de situação, pelo CDN, relativo ao novo Regime Jurídico das Associações Públicas e ao respetivo processo em curso;
6. Ponto de Situação, pelo CDN, sobre a posição da OA relativamente à alteração do Código dos Contratos Públicos (CCP) e ao respetivo processo em curso; (anexo)
7. Outros assuntos.

A **Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados, Maria Manuel Oliveira**, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 9 horas e 40 minutos, agradecendo a presença de todos. Cumprimentou, em especial, a Sr.ª Presidente do Conselho Diretivo da SR Madeira, arquiteta Susana Gouveia Jesus, agradecendo o convite, agradecendo também aos restantes elementos da SR da Madeira todo o esforço e empenho que permitiram a realização da 3.ª reunião descentralizada da AdD no Funchal, a par com a 2.ª sessão de “O Olhar das 7 SR”, que se irá realizar da parte da tarde e que contará com a presença de todos os Presidentes das SR da OA. Mencionou, igualmente a oportuna iniciativa da SR da Madeira em promover o Seminário “Arquitetura nas Ilhas”, em colaboração com a SR dos Açores. Agradeceu, ainda, a ajuda na concretização desta reunião

aos Delegados Leonor Cintra Gomes e Manuel Rosa. Em nome da AdD, agradeceu o apoio dado pelas diversas instituições e empresas, nomeadamente ao Governo Regional da Madeira, à Associação de Promoção e Turismo da Madeira, assim como às empresas Tecnovia, Teleférico do Funchal, Hotéis Pestana, Simetrifloor e Alfifix. Salientou que o significado deste apoio traduz o interesse local pela arquitetura e o reconhecimento da sua importância e da presença dos arquitetos nas Ilhas. Finalizando, agradeceu o intenso programa preparado pela Secção Regional da Madeira e manifestou o enorme gosto da AdD em reunir no Funchal, contando com a presença de todos os Presidentes das SR's e membros do CDN, sublinhando o forte simbolismo do momento.

Seguidamente deu a palavra a Susana Gouveia Jesus, Presidente da Secção Regional da Madeira para abrir a sessão.

### **Ponto 1. Boas vindas pela Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional da Madeira, arquiteta Susana Gouveia Jesus**

A **Presidente do CDR da Madeira** cumprimentou, em seu nome e da SR da Madeira, a Presidente e todos os Delegados, felicitou a iniciativa da AdD de promover reuniões descentralizadas, assim defendendo a regionalização da OA, bem como a atividade que tem desenvolvido no sentido da arquitetura e os arquitetos serem reconhecidos. Manifestou-se muito honrada com a visita e a iniciativa. Deu os parabéns à AdD que, no seu entender, tem sido exemplar, fazendo um trabalho idóneo e de grande mérito. Fez saber que podem contar com todo o apoio da SR Madeira, desejando que a troca de experiências ficasse na memória de muitos, pois acredita na coesão territorial, na regionalização e no reconhecimento da nossa profissão.

**Maria Manuel Oliveira** agradeceu as palavras da Presidente do CDR da Madeira, que se retirou.

Antes de dar início à ordem dos trabalhos, dirigiu-se à assembleia pedindo desculpa pelo lapso relativo à ata da 11ª reunião que foi distribuída, via e-mail, sem estar finalizada. Salientou que, obviamente, não aceitaria o pedido de demissão apresentado por Manuel Rosa, secretário da Mesa, no seguimento desse engano involuntário. Afirmou que, enquanto Presidente, é sempre a responsável por todas as ocorrências no funcionamento da Assembleia, e pediu que, de futuro, quaisquer questões, reparos, etc., sobre o funcionamento da AdD por parte dos seus membros, lhe fossem dirigidos, independentemente de o serem com o conhecimento de todos os delegados. Agradeceu a compreensão e deu por encerrado este assunto.

### **Ponto 2. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse**

**Maria Manuel Oliveira**, referindo que não tinha havido qualquer pedido de inscrição de temas pelos delegados, procedeu às seguintes informações:

- Realizou-se a cerimónia de lançamento do Inquérito aos arquitetos, no âmbito do GT Observatório da Profissão, que decorrerá até 15 de outubro, iniciativa da maior importância e com a qual esta AdD se encontra muito interessada e envolvida (sendo João Fagulha membro deste GT). Na cerimónia de lançamento, em representação da Mesa AdD, esteve presente Leonor Cintra Gomes.

**Leonor Cintra Gomes** – Fez um resumo da cerimónia, ocorrida no passado dia 14 de setembro, relatando as intervenções e mencionando os convidados e entidades que estiveram presentes. Explicou o que era solicitado no Inquérito, assinalando ser muito simples e rápido de responder. Este 1.º inquérito, só para arquitetos inscritos na OA, era uma primeira fase, que tinha como objetivo final saber “quem somos, onde estamos e o que fazemos”. Informou que seguidamente haverá outros inquéritos mais dirigidos a entidades, com outras temáticas. Comunicou que, após o lançamento deste 1.º inquérito, houve um debate com os Presidentes das SR onde estes manifestaram as suas dificuldades e preocupações. Perguntou ao delegado João Fagulha se queria completar a informação.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



**João Fagulha** - Referiu que esta apresentação tinha sido a 1.ª ação e que o trabalho do Observatório não vai terminar aqui, estando previstos outros inquéritos e outras ações de recolha de informação, nomeadamente a não arquitetos. Informou que, no início do ano, irá ser lançado o certificado por ato, o que fornecerá ao Observatório informação atualizada, sublinhando que o objetivo é que o Observatório e o GT continuem a trabalhar na recolha de informação para lá deste mandato.

**Maria Manuel Oliveira** - Considerou ser muito importante este processo de recolha e análise de dados, desejando que, efetivamente e para ser consequente, seja o início de um processo que perdure no tempo.

- Seguidamente, deu informações sobre a realização das próximas reuniões descentralizadas, referindo que ocorreriam mais 3 reuniões ordinárias, todas descentralizadas, a convite dos CDR. A próxima, já agendada para o dia 17 de dezembro, ocorrerá em Lisboa, a convite da SR-LVT. Em 2023, em articulação com a data do Congresso, prevê-se uma reunião nos Açores, e posteriormente outra no Algarve, em data a agendar, fechando o ciclo neste mandato. Referiu que só não existirá oportunidade de ir à SR-Centro, mas que a próxima Assembleia, caso assim o entenda, poderá dar continuidade ao processo.

- Informou da necessidade de promover uma retificação no Regimento Interno da AdD, visto ter sido detetado um pequeno problema relacionado com as presenças, questão que deveria ser clarificada no articulado. Comunicou que Leonor Cintra Gomes e o Dr. Bernardo Pinheiro iriam trabalhar nesse sentido, preparando uma proposta para apreciação na próxima reunião da AdD.

- Por fim, a Presidente chamou a atenção para o número de inscrições nas Escolas de Arquitetura este ano letivo, informando que, só nas 8 escolas públicas nacionais, se tinham inscrito 596 novos estudantes na primeira fase, sendo que a nota mais baixa era de 15,17, o que demonstra a grande atratividade do curso. Uma vez que à data existem 21 mil arquitetos ativos, observou que a Ordem deveria refletir sobre esta realidade e ponderar o significado do aumento exponencial de arquitetos no futuro, no sentido de antever políticas adequadas à sua inserção profissional.

### **Ponto 3. Aprovação das atas das 10.ª e 11.ª reuniões da AdD, realizadas a 4 de junho e 9 de julho**

Maria Manuel Oliveira comunicou que nenhuma das duas atas tinha sido objeto de qualquer sugestão de correção, pelo que, não havendo objeções, passou à votação.

- A Ata da 10.ª reunião AdD foi aprovada por maioria, com os seguintes votos:

A favor	24
Contra	0
Abstenções	1

- A Ata da 11.ª reunião da AdD foi aprovada por maioria, com os seguintes votos:

A favor	21
Contra	1 (Décio Ferreira)
Abstenções	3

(Em ambas as votações estavam na reunião 25 delegados. Após estas votações, José Martinez e Paulo Serôdio entraram na reunião)

### **Ponto 4. Apreciação e votação da Proposta de Plano de Atividades AdD 2023**

**Maria Manuel Oliveira** - Começou por explicar que, contrariamente ao que tinha pensado, o Plano de Atividades (PA) enviado aos delegados deveria ser elaborado para todo o ano, neste caso 2023, e não,

apenas, para o período do mandato corrente. Foi necessário, assim, efetuar a respetiva correcção no parágrafo inicial.

Seguidamente, abordou a proposta de PA (anexo à convocatória), comentando cada um dos quatro pontos/frentes de ação, que estruturam o documento: 1. As competências atribuídas à Assembleia, como a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias: destacou a participação do CDN, não só para apresentação dos documentos necessários a serem votados, mas também a pedido dos delegados para informação em diversas temáticas, acção considerada a prosseguir em 2023; 2. Sobre o acompanhamento do processo de descentralização e instalação das SR, um desígnio crítico e estratégico deste mandato, considerou que a opção de realização de reuniões da AdD descentralizadas tem permitido um melhor conhecimento das realidades locais e contribuído para a efetiva regionalização da Ordem, pelo que entendia dever ser dada continuidade a esta iniciativa; 3. Sobre a participação da AdD no 16.º Congresso da Ordem dos Arquitectos, lembrou que para além da pronúncia sobre o tema proposto pelo CDN, a AdD poderia apresentar comunicações enquanto coletivo, mas também a título individual.

**Leonor Cintra Gomes** – Pediu a palavra para propor, tendo em atenção o tema do Congresso e o interesse da AdD em conhecer o trabalho das CT do CDN, que para a próxima reunião fosse convidada a CT da Sustentabilidade para apresentação do trabalho que tem vindo a desenvolver. Lembrando que a CT integra o delegado Telmo Cruz, solicitou a sua opinião.

**Telmo Cruz** – Afirmou o seu interesse em contribuir e informar sobre o trabalho produzido pela CT. Sendo um tema tão vasto e transversal, propôs que se convidasse também o coordenador da CT Sustentabilidade, Ricardo Camacho, para serem apresentadas diversas perspetivas, assim enriquecendo o diálogo e a discussão na AdD. Salientou, ainda, que para além de fazer parte do programa eleitoral, era incontornável como tema do Congresso.

**Maria Manuel Oliveira** - Consultou a Assembleia nesse sentido. Não havendo qualquer objeção, ficou definido fazer o convite à CT Sustentabilidade para participar e debater o tema na próxima reunião de 17 de dezembro, em Lisboa. De seguida, prosseguiu com a leitura da Proposta, salientando o ponto 4. do PA, sobre a participação da AdD em GT e o seu envolvimento noutras iniciativas e atividades, tendo em vista a sua continuidade em 2023. Após esta síntese da proposta do Plano de Atividades da AdD para 2023, abriu a discussão aos delegados.

**Marta Falcão** - Questionou como se processa a passagem de mandato, entre os que saem e os que entram.

**Leonor Cintra Gomes** – Afirmou que este PA terá que ser um documento aberto, dado estar prevista a realização eleições e, portanto, uma nova AdD durante o ano 2023, sugerindo que fosse incluído um parágrafo mencionando que a sua execução total ficará condicionada a esse fato. Sobre a passagem da anterior AdD para a atual, esclareceu que não tinha sido um processo simples, tendo sido realizada uma reunião, em que tinha participado, como delegada mais velha, com o anterior Presidente da Mesa da AdD e o atual presidente do CDN, onde foram prestados esclarecimentos e informações relativas aos assuntos pendentes.

**Ivo Oliveira** – Manifestou dúvidas em relação aos GT, como se organizavam e trabalhavam, propondo que fosse feita esta chamada de atenção na proposta.

**Leonor Cintra Gomes** – Lembrou que na reunião em Évora fez uma apresentação em que esclarecia este assunto e que no site estavam todos os documentos produzidos.

**Ivo Oliveira** – Confirmou, mas referiu que continuava a ignorar o trabalho que os GT desenvolviam, e como seria possível integrá-los. Afirmou, ainda, estar totalmente de acordo com que na próxima reunião sejam planificados os nossos contributos para o Congresso.

**Adriana Floret** - Questionou se os delegados podiam integrar os GT, e de que forma o poderiam fazer.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



**Leonor Cintra Gomes** – Prestou alguns esclarecimentos, mas visto a Secretário do CDN, Carla Lima Vieira, já se encontrar presente na reunião, solicitou-lhe que desse informações mais completas sobre este assunto.

**Carla Lima Vieira** - Explicou que alguns destes e GT e CT já vinham de mandatos anteriores e que no CDN só tinham clarificado algumas normas. As CT integravam membros que não eram membros do CDN, existindo um responsável do CDN. Na devida altura tinham identificado quais as CT que deveriam transitar e tinham reformulado algumas. As CT Contra Incêndios e a de Acessibilidades mantiveram-se. Fez saber que neste mandato, tinham formado as CT de Sustentabilidade e a de Habitação, e posteriormente de Transição Digital, podendo, eventualmente, vir a ser criadas outras. Explicou que as CT têm tido um papel fundamental de apoio ao CDN, com a produção de documentos e matérias que ajudam na participação do CDN junto de diversas entidades e nas audiências, solicitadas ao Governo. A CT Sustentabilidade era talvez a mais ativa, pois já tinha produzido imenso trabalho. Nos GT, era diferente e neste momento só se encontravam dois em atividade: o GT Observatório e o GT Normas Portuguesas de Avaliação de Imóveis. Sobre a falta de documentos/informações esclareceu que nem sempre era possível colocar os trabalhos no site, exemplificando com o caso da CT Acessibilidades que se encontrava a fazer um trabalho de fundo. Referiu ainda que estavam sempre disponíveis para receber contributos.

**Maria Manuel Oliveira** - Afirmou existir a possibilidade de delegados integrarem esses Grupos, desde que formalizassem esse interesse para que pudesse ser transmitido ao CDN.

**Patrícia Fernandes Rocha** – Manifestou-se, referindo existir uma área em que tinha muito interesse, que era a da manutenção de edifícios, onde os arquitetos poderiam ter um papel ativo. Salientou que todos os edifícios deveriam ter planos de manutenção durante a sua vida útil, sendo importante o conhecimento sobre manutenção e comportamento dos edifícios, e considerou que o CDN deveria ponderar a criação de uma Comissão nesta área.

**Décio Ferreira** – Comentou que já em reuniões anteriores tinha mostrado interesse na CT Transição Digital, que tem tido cuidado em consultar o site com regularidade e que não havia nenhum documento ou informação sobre o trabalho dessa CT, tornando difícil perceber o que efetivamente faziam as comissões. Sugeriu que deveria ser feito um ponto de situação sobre o que andavam a fazer, mesmo quando não produziam documentos.

**Maria Manuel Oliveira** - Referiu que as vontades expressas deveriam ser devidamente formalizadas, para serem analisadas na AdD e transmitidas ao CDN. Retomando o assunto sobre a Proposta do Plano AdD apresentada para 2023, e considerando que as retificações não implicavam com os objetivos fixados e as principais atividades previstas, colocou a proposta à votação, que foi **aprovada por maioria**, com a seguinte votação:

A favor	23
Contra	0
Abstenções	4

(Estavam na reunião 27 delegados. Após esta votação Décio Ferreira saiu da reunião.)

### **Ponto 5. Ponto de situação, pelo CDN, relativo ao novo Regime Jurídico das Associações Públicas e ao respetivo processo em curso**

**Maria Manuel Oliveira** – Informou que Carla Lima Vieira iria apresentar os pontos 5, 6 e 7 da OT, começando pelo ponto 5, relativo ao novo Regime Jurídico das Associações Públicas e ao processo em curso.

**Carla Lima Vieira, Secretário do CDN** – Depois de agradecer o convite para vir falar destes temas, fez uma detalhada contextualização e descrição deste processo desde o seu início até ao momento, apoiada num powerpoint (anexo à presente ata). Referiu que se encontrava em elaboração pelo CNOP, com a participação

das Ordens Profissionais, uma proposta de alteração ao projeto de lei com o n.º 108/XV, de julho de 2022, que propunha reforçar o interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, concluindo que este visava, sobretudo, retirar da esfera das atribuições das Ordens Profissionais a regulação das atividades profissionais que lhe tinham sido confiadas. Este projeto de lei representa um retrocesso ao estatuto das associações públicas profissionais, apresentando, ainda, incongruências com as políticas europeias no que respeita à qualidade da Arquitetura, enquanto contributo para a qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável das cidades e zonas rurais. Entre outros aspetos negativos salientou que os atos e regulamentos das associações públicas profissionais passariam a estar sujeitos à aprovação governamental, podendo o funcionamento interno da própria Ordem ficar sujeito à intervenção externa. Salientou que este projeto lei não garante o interesse público, a autonomia e a independência da regulação e a promoção do acesso à atividade profissional, assim como não defende a promoção da arquitetura, nem zela pela dignidade e prestígio da profissão de arquiteto. Assim, o CNOP encontra-se a trabalhar, dedicadamente, sobre o tema, realizando inúmeras reuniões no sentido apresentar um documento de revisão da lei nº. 2/2013, de modo a garantir a autonomia das Ordens em relação ao Estado, e que o CDN e os seus juristas têm vindo a acompanhar o processo. Concluiu, lamentando que parece não haver muita margem de manobra para estas alterações, mas que todas as Ordens têm vindo a tentar, de forma articulada, fazer frente a esta legislação.

**A Presidente da Mesa** agradeceu a explicação e deu a palavra aos delegados.

**João Belo Rodeia** - Questionou se tinha havido contacto com os grupos parlamentares, mencionando que esta situação em nada o surpreendia pois já era a terceira vez que tal acontecia. A primeira com a Ordem dos Engenheiros e a confusão dos atos profissionais, visto que estes não tinham a “definição de atos” e tentavam sempre misturá-los com os da arquitetura, tendo a segunda ocorrido com a alteração do Estatuto. Comentou que esta nova intervenção lhe parecia um regresso ao Estado Novo e que só faltava termos uma câmara cooperativa e estarmos sobre a tutela do Estado. Afirmou, ainda, que tinha muitas dúvidas sobre a constitucionalidade desta proposta de lei, considerando que tinha todas as condições para poder ser posta em causa, mesmo à posteriori, mas que conviria evitar esta circunstância.

**Carla Lima Vieira** – Referiu que se este projeto-lei fosse para a frente seria uma nova alteração ao Estatuto e mais uma alteração estrutural da Ordem, considerando ser muito assustador, todas estas alterações em tão pouco espaço de tempo. Acrescentou que estas alterações ao Estatuto vieram agora com menos possibilidades de diálogo que a anterior.

**Maria Manuel Oliveira** – Comentou que esta lei significa que às ordens chegará tudo pré-desenhado do exterior. Refletindo sobre o facto de existirem muitas comissões consultivas e conselhos gerais com membros externos noutras instituições, perguntou se neste caso essas pessoas seriam propostas pela ordem.

**Carla Lima Vieira** – Confirmou que não era este o caso. Existia a obrigatoriedade de metade das pessoas serem de fora. Mais informou que, mesmo a nível europeu, existia esta mistura de competências dos órgãos, mas, do que sabe, cada um deliberava sobre as matérias que lhe competia, respeitando os outros. Tal não se passou aqui, em que se prevê que metade das pessoas provenha do exterior e delibere sobre matérias fundamentais da profissão, tais como estágios profissionais e reserva de atos de profissão, sendo que deste modo pouca margem de manobra sobrava para os órgãos sociais decidirem e terem autonomia.

**Maria Manuel Oliveira** – Concordando que, nessa situação, os órgãos sociais seriam apenas um transmissor de decisões que lhes eram impostas, questionou se na Europa existiam outras atuações desta natureza.

**Carla Lima Vieira** – Assentiu, confirmando que se encontram todos bastante preocupados.

**João Belo Rodeia** - Notou que esta é uma atitude recorrente nos órgãos da União Europeia, onde têm existido sempre esforços no sentido de libertar os profissionais de todas as tutelas, considerando as Ordens como entraves ao livre mercado e à liberdade dos profissionais, verificando-se alianças estranhas entre os partidos

muito à direita e muito à esquerda. Expressou, ainda, que as Ordens eram um pouco culpadas porque não explicam para que servem, deixando a ideia que só entravam, o que não sendo verdade, as coloca nesta situação de luta desigual com o Governo.

**Carla Lima Vieira** - Corroborou que a nível europeu existe a ideia generalizada que a regulação dos profissionais é danosa ao mercado livre, e que há uma série de entidades que estão sempre a vincar este ponto, defendendo que os profissionais devem ser livres de fazer tudo, e efetivamente todos os partidos e a sociedade em geral estavam alinhados nesta ideia que as Ordens só atrapalhavam.

**Ana Nascimento** – Questionou se em termos formais já tinha sido feito um “benchmark”, eventualmente até em conjunto com a União Europeia e marcar uma posição. Em caso negativo, deixava essa sugestão para que fosse feita, oportunamente.

**Carla Lima Vieira** – Referiu que daquela forma não, mas tinham tentado saber o que se fazia no estrangeiro e feito valer os resultados na área da arquitetura a nível europeu, para fortalecer as nossas posições.

**Leonor Cintra Gomes** – Mencionou que nos Congressos existia sempre espaço para falar de outros tópicos, para além dos relacionados com o tema de fundo, e caso ainda se vá a tempo, este assunto deveria ser dado a conhecer a todos os membros.

**Carla Lima Vieira** – Confirmou, referindo que no próximo Congresso havia um subtema que tinha a ver com Governança, e que seria para falar e trabalhar este e outros assuntos.

**Lino Paixão** – Mencionou que o Presidente Gonçalo Byrne, quando esteve na SR da Madeira, tinha abordado a questão de os urbanistas e paisagistas estarem a fazer pressão para entrar na nossa Ordem e que não via isso com “maus olhos”, algo que ele próprio considerava que deveria ser ponderado, pois eram ambos profissionais que “trabalhavam com a organização do espaço” e que um maior número de membros daria com certeza muito mais força à Ordem.

**Carla Lima Vieira** – Concordou que quanto maior for o número de membros, mais força a OA terá. Mas referiu que acabávamos por ter sempre pouca representatividade, nomeadamente por falta de interesse em participarem. A ideia de incluir os arquitetos paisagistas na Ordem dos Arquitectos já tinha sido discutida e aprovada no último Congresso. Não tinha havido tempo neste mandato para se debruçarem sobre o assunto, mas é necessário pensar como se poderá vir a integrar esses arquitetos na Ordem, uma vez que é um assunto já decidido.

**João Fagulha** - Sugeriu que a Ordem fizesse um esclarecimento público relativo aos atos profissionais, pois estes não eram perceptíveis pela generalidade da população, nem pela classe política. Além dessa campanha de explicação, afirmou ser importante um trabalho de reflexão sobre as ferramentas de regulação da nossa profissão e demonstrar que a sua aplicação seria benéfica para o ambiente construído e para a qualidade e da construção.

**Carla Lima Vieira** – Informou que o CAE tinha encomendado um estudo económico, sobre os benefícios da regulação da profissão, e que este tinha saído recentemente, não sendo embora de fácil leitura. Era um trabalho que sublinhava o que era essa regulação, e porque era benéfica para a arquitetura. Afirmou que estavam a fazer um documento de simplificação desse trabalho, para mais fácil leitura e análise, para ser apresentado junto dos decisores e de sociedade em geral.

**João Belo Rodeia** – Considerou que a questão de fundo é questionar diretamente o Governo sobre se pretende, ou não, Ordens Profissionais. Se quer, tem que respeitar. Se não quer, então deve fazer como noutros países em que regulam as Ordens, e estas terão de se fazer representar de outra maneira.

**Carla Lima Vieira** – Concordou que esse seria um processo mais simples.

**Manuel Ferreira** – Mencionou que a Ordem deveria começar por dentro, visto que se ouviam muitos dos

nossos colegas dizendo que preferiam que não existisse a Ordem. Alguns consideravam-na como um corporativismo e muitos não sentiam quaisquer benefícios na sua existência. Concluiu que este entendimento poderia resultar da distância entre os órgãos e os membros, e que mesmo a criação das 7 secções, sendo uma boa tentativa de aproximar a Ordem aos membros, era ainda insuficiente.

**João Belo Rodeia** – Referiu que existem muitos arquitetos que não alinham no formato da Ordem por diversas razões, mas que essa atitude também decorre de uma lacuna da formação interna, pois não entende como os jovens arquitetos não têm a mínima ideia para que serve a Ordem. Sugeriu a Ordem deveria fazer algo internamente, através das ações de formação, explicando para que serve a Ordem, de forma clara e objetiva e não só formação sobre o estatuto e deontologia, mas indo mais ao âmago político.

**Maria Manuel Oliveira** - Comentou que a sugestão de João Belo Rodeia lhe parecia o caminho a seguir, colocando a questão diretamente e de forma clara, ir ao cerne da questão em vez de optar por paliativos.

Seguidamente deu a palavra a Carla Lima Vieira para que apresentasse o ponto 6.

#### **Ponto 6. Ponto de Situação, pelo CDN, sobre a posição da OA relativamente à alteração do Código dos Contratos Públicos (CCP) e ao respetivo processo em curso**

**Carla Lima Vieira** - Apresentou este ponto, com base num powerpoint, (anexo à ata) e lembrando que o documento “Parecer sobre o Projeto de Dec. Lei que altera o CCP e a Lei n.º 30/2021, que aprova medidas especiais de contratação pública”, tinha sido enviado previamente aos delegados com a convocatória. Destacou o conteúdo do artigo 43.º (regime de conceção-construção) e do novo artigo 43.ºA (empreitadas de conceção construção) e a posição da OA, bem como de outras entidades e instituições, sobre o projeto de DL – 32/XXIII/2022. Salientando que, como se pode verificar no referido documento, quer nas alterações que querem impor, quer nas conclusões do referido projeto lei, não se vislumbra qualquer benefício efetivo para a generalidade dos trabalhadores na área económica da construção, nem qualquer contributo para incremento de capacitação e futura competitividade na mesma área económica.

Na continuação da apresentação, e reportando-se aos documentos referidos, apontou os itens mais importantes, informando que a posição da OA não sendo contra o Regime de Conceção-Construção, não pode aceitar a generalização deste regime como sendo a única solução para superar os desafios postos à execução de obra pública. Entre outros argumentos, tais como a banalização da conceção-construção, este diploma previa, no seu preâmbulo, eliminar dispêndios de tempo e recursos desnecessários. Obviamente, todos os contratantes iriam aderir a este modelo. Referiu também que ao considerar que o mercado estava em melhor posição de elaborar um projeto de execução, esta medida levava a que o Dono de Obra não possa vir a controlar a qualidade da construção; também o entregar o escrutínio a um único operador, colocará em causa a transparência. Referiu que este projeto-lei não contribui para a transparência do bom uso dos dinheiros públicos, nem para o combate à corrupção, e não contribui para uma melhor atuação da Administração Pública; as alterações que contempla não resultam numa contribuição positiva para a paisagem e qualidade de vida dos cidadãos, não asseguram qualquer benefício para a generalidade dos trabalhadores na área económica da construção, nem delas se infere nenhum contributo para o incremento da competitividade na área da construção e dos seus intervenientes.

Explicou ainda que este projeto não foi efetuado através de consulta pública, mas sim através de consulta direta. Foram consultados, além da Ordem, o Tribunal de Contas, AECOPS e APPC, assim como a Ordem dos Engenheiros (OE). A OE não estava totalmente contra este projeto e a proposta da AECOPS era a que ia mais de encontro com a proposta da OA. Informou ainda que tinham sido solicitadas diversas audiências, algumas das quais já se realizaram, e que foi dada a conhecer a posição da Ordem junto de todos os grupos parlamentares. Mais fez saber quais eram os próximos passos, nomeadamente junto dos media, uma audiência com o Presidente da República, articulação com outros setores, autarquias, etc., e a realização de duas sessões de esclarecimento, em outubro, em Lisboa e Porto.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



(Luís Oliveira saiu da reunião)

**Maria Manuel Oliveira** – Agradeceu a apresentação. Comentando que existia aqui muita matéria para reflexão, abriu a discussão deste tema, solicitando que os delegados fossem breves, de modo a cumprir o horário estabelecido. Disse ainda que, se se entendesse necessário, este assunto poderia ser novamente debatido noutra sessão.

**Désirée Pedro** – Agradeceu a apresentação e considerou que este projeto era aterrador e muito pior do que pensava, pois não iria permitir que os jovens arquitetos, por mais talento que tivessem, chegassem ao mercado de trabalho. Se a aprovação deste novo Código de Contratos Público acontecesse, os jovens arquitetos não iriam conseguir uma presença continuada e experiente para poderem trabalhar com empreiteiros, pelo que este novo projeto lei se revela totalmente limitativo. Sublinhou que esta informação tinha que ser divulgada de forma claríssima. Mencionou ainda que, dentro das suas possibilidades, iria passar a mensagem junto dos jovens estudantes de arquitetura na faculdade onde leciona.

**Carla Lima Vieira** – Concordou e referiu que nunca tinha sido explorada a vertente do lado dos jovens arquitetos e que nunca teriam acesso a este documento, da mesma forma que as empresas, que também não puderam pronunciar-se. Esta alteração não favorecia ninguém, ou favorecia muito poucos, e a favorecer seria sobretudo empresas estrangeiras. Referiu que na reunião com o Secretário de Estado este tinha dito que a nossa proposta partia de um pressuposto errado, pois os contratos eram todos celebrados por ajuste direto ou consulta a três entidades, que ninguém usava o modelo de concurso de conceção e que deveríamos adaptar-nos ao mercado. CLV sublinhou que era desesperante ouvir este posicionamento, sem qualquer referência à qualidade, sendo um discurso só baseado na quantidade e no preço. A única entidade que era um exemplo positivo era o IRHU, que desde que soube que iria receber dinheiro do PRR se capacitou, contratando diversos arquitetos e tem trabalhado em conjunto com a Ordem, já tendo lançado mais de 20 concursos.

**Maria Manuel Oliveira** – Agradeceu a exposição e considerou que estavam clarificadas as dúvidas colocadas pelos delegados, tendo a AdD, globalmente, ficado esclarecida sobre a situação e o trabalho desenvolvido pelo CDN nesse campo.

**Lia Ferreira** - Pediu a palavra para dizer que se sentia confusa, pois não sabia se estava a assistir a uma reunião da Ordem dos Arquitectos ou se estava na Assembleia da República a ouvir a bancada da oposição contra o Governo. Parecia-lhe que era esse o exercício que tinha ouvido, pois era interessante, antes de falarmos, olhar para as regras e constrangimentos que Portugal enfrentava, impostos pela Comissão Europeia. Deveria começar-se o exercício por aí e depois falar com os membros do Governo com outra propriedade. Declarou, ainda, que se quisesse ouvir a oposição falar contra o Governo, poderia ouvir os debates da ARTV ou mesmo assistir ao plenário da Assembleia da República, pois era aberto ao público.

**João Belo Rodeia** – Afirmou que este tipo de comentários era uma falta de respeito inaceitável, que não se fazem a ninguém, nem admitia que lho fizessem a ele.

**João Fagulha** – Propôs que face ao comentário de Lia Ferreira, a Assembleia secundasse a tomada de posição do CDN e votasse esse apoio ao CDN, mencionando, ainda, que lhe parecia absurdo que um arquiteto que faça projeto não entenda o que se está a passar.

**Telmo Cruz** – Manifestou o seu profundo repúdio relativamente ao comentário da delegada Lia Ferreira, referindo que ficou muito mais informado, que só tinha ouvido falar de arquitetura e que não se reviu na condição de partido de oposição. Bem pelo contrário, sublinhou que estava totalmente de acordo com o manifestado por João Belo Rodeia e João Fagulha.

**Maria Manuel Oliveira** – Tomou a palavra para dizer que, enquanto Presidente da AdD, manifestava o seu total apoio ao expresso pelos colegas em relação à intervenção de Lia Ferreira, referindo que esta assembleia já se encontra habituada a que lhe sejam lançados este tipo de comentários, no momento em se está a

terminar uma discussão. Seguidamente questionou a Assembleia, visando saber se se encontrava esclarecida com a apresentação feita pelo Secretário do CDN. Solicitou, ainda, que se alguém quisesse acompanhar ou se revisse no discurso de Lia Ferreira, o deveria mencionar. Salientou que não estava a proceder a uma votação, mas tão somente a saber da sensibilidade dos restantes delegados em relação a este acontecimento específico. Ninguém se manifestou a favor da intervenção de Lia Ferreira, tendo a Presidente solicitado que o incidente ficasse registado em ata, juntamente com o fato de esta Assembleia de Delegados manifestar o seu profundo desacordo, e até indignação, pela posição expressa pela delegada Lia Ferreira.

Encerrado este assunto, passou-se ao último ponto da OT.

### **Ponto 7. Outros Assuntos**

**A Presidente da Mesa** - Explicou que neste ponto, tal como tinha sido previamente comunicado a todos os delegados, tinha sido inscrito a recente deliberação do CDN sobre os **Temas do 16.º Congresso da OA**, e recordou que a AdD deveria pronunciar-se sobre esses mesmos temas. De seguida, deu a palavra ao Secretário do CDN.

**Carla Lima Vieira** - Iniciou a apresentação deste ponto apoiada num powerpoint (anexo a esta ata), começando por referir que se previa realizar o 16º Congresso entre os dias 2 e 5 de março, na ilha de S. Miguel, nos Açores, com o tema “Qualidade e sustentabilidade: construir o [nosso] futuro”, o qual foi aprovado por unanimidade em reunião plenária do CDN, assim como as três propostas para os subtemas e as comissões. Prosseguiu, referindo que, entre tantas crises atuais, a crise climática é transversal a tudo e todos e necessita da nossa ação. Explicou que a realização do Congresso nos Açores se fundamente em várias razões: além de reafirmar a descentralização da OA e de nunca ter acontecido nesta região (onde, sendo território insular com cidades costeiras, é ainda mais urgente atenção ambiental), será o 1.º Congresso híbrido, possibilitando uma grande participação tanto presencial como por *streaming*. O tema genérico do congresso será “Qualidade e sustentabilidade: construir o [nosso] futuro”. Explicou que o “[nosso]” é dos arquitetos e de toda a sociedade; a “Qualidade”, um fator de durabilidade, de preservação e a sustentabilidade nas suas múltiplas dimensões – social, ambiental, económica. Referiu que esta ideia para tema do Congresso foi discutida com a CT Sustentabilidade. Salientou que este Congresso irá promover o debate e estabelecer uma agenda que permitirá um melhor contributo no próximo Congresso da UIA, a realizar em junho de 2023, em Copenhaga. Seguidamente explicou e justificou os subtemas aprovados - “Repensar os recursos e adaptar para a casa comum”; “Planear para a Resiliência, inclusividade e saúde da casa comum” e “Colaborar pelo compromisso com qualidade da casa comum”. Neste último integra-se o tópico da Governança e Qualidade, já referido anteriormente. Concluiu, resumindo os objetivos do 16.º Congresso: estimular, entre pares, uma maior consciência sobre o impacto social, económico e ambiental das alterações climáticas; na sociedade, marcar a importância da arquitetura e dos arquitetos na concertação de “uma resposta” a esta questão; e – citando: “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender” - contribuir para uma maior competência dos arquitetos, dos agentes de governação e da sociedade em geral, na necessária resposta à ação climática. Antes de finalizar, informou que o CDN tem a intenção de realizar um “*warm up*”, com as universidades e estudantes de arquitetura e com duas comissões que foram aprovadas só para este Congresso, a Comissão para a Juventude e a Comissão para o Ensino da Arquitetura, querendo deste modo e com este tema chegar a todos e reunir contributos. Terminou, agradecendo a atenção e aguardando a pronúncia da AdD.

**João Belo Rodeia** – Expressou a sua opinião dizendo que concordava com a generalidade da proposta, mas sobre o título, considera que o construir o [nosso] futuro, não devia estar entre parênteses, visto poder ser confundido com o nosso futuro, só dos arquitetos, e não de todo o nosso país.

**Ivo Oliveira** – Manifestou que no geral a sua opinião é consensual, mas lamentou que a expressão “casa

comum” não faça parte do título. Por outro lado, referiu que não era adepto da palavra “construir”, pois na sua perspetiva essa palavra pode levar a outras leituras, visto que construir, provoca sempre danos ambientais etc.

**Telmo Cruz** – Concordando no essencial com o que foi apresentado, mas concorda com o JBR que a palavra [nosso] deveria explicitar bem o que se pretende, pois irá ser lido também por não arquitetos.

**Marta Falcão** – Considerou que o documento não dá o enfoque necessário à sustentabilidade e ao ordenamento do território.

**Carla Lima Vieira** – Concordou e referiu que já tinham reparado nessa falta e já se encontrava registada, esclarecendo que isto era só o início, e que com o avanço e intensificação dos trabalhos, essas situações iriam sendo resolvidas.

**Ivo Oliveira** – Chamou a atenção para o facto de se falar muito em habitação pública e não se referir a habitação privada, sendo esta última a mais importante do nosso país em termos de quantidade.

**Maria Manuel Oliveira** - Sugeriu que se deveria referir “Ecologias”, uma vez que o termo é demasiado amplo e não existe apenas uma ecologia, nem uma só sustentabilidade, devendo indicar que ecologias e sistemas nos interessam, em que direção nos queremos orientar.

**Lia Ferreira** – Começou por dizer que foi mal interpretada, na sua última intervenção, por parte da Assembleia, pois referiu-se à forma como a Carla Lima Vieira falou e não ao conteúdo relativo à nossa profissão, e que gostaria de ter visto este tipo de reações, quando foi no caso das palavras da Presidente da SRNorte e de um ilustre arquiteto sobre as acessibilidades; referiu que fazia esta ligação porque se revia neste tema e reiterava o apoio ao tema e subtemas do Congresso, mas expressou a sua preocupação na forma como iriam ser trabalhados estes assuntos, pois a sustentabilidade tem que estar ligada à inclusão, pois não haverá futuro construtivo, da sociedade e do território, se não houver inclusão das pessoas ao longo de todas as fases da sua vida. Solicitou especial cuidado para este aspeto, pois chegava de falar em acessibilidades separado da sustentabilidade. O Congresso poderia servir para isso mesmo. Sendo essas as diretrizes apontadas no resto do mundo, salientou que ainda bem que já chegou a Portugal e espera que a Ordem faça o seu papel de modo a que haja esse avanço social, paradigmático e fundamental na profissão.

**Patrícia Fernandes Rocha** – Referiu que faz todo o sentido abordar a questão da Qualidade aliada à Sustentabilidade e às questões da Durabilidade no ambiente construído, quer seja na construção nova, na reabilitação ou na intervenção no espaço público. Mencionou que é muito importante o saber manter e como manter, uma área em que os arquitetos se poderiam também posicionar, tendo muito a ganhar com a intervenção no ambiente contruído, uma questão muito interessante que gostaria de ver explorada.

**Maria Manuel Oliveira** - Não havendo mais intervenções, leu um esboço de pronúncia da AdD sobre os temas de Congresso, (texto final anexo a esta ata). Nesta sequência, comunicou aos delegados que iria transmitir ao CDN a pronúncia da AdD, que entendia ser globalmente favorável, o que mereceu a concordância dos presentes. Terminou agradecendo todas as apresentações e disponibilidade do Secretário do CDN, Carla Lima Vieira, salientando a importância dos esclarecimentos prestados.

**Seguidamente, Leonor Cintra Gomes** – Leu a ata resumida, que obteve a aprovação por unanimidade da Assembleia e foi subscrita pela Presidente da Mesa.

Terminada a ordem de trabalhos e não havendo mais assuntos a tratar, a **Presidente da Mesa da AdD** agradeceu a presença de todos e informou que estavam todos convidados para a sessão, “O Olhar das 7 SR #2”, pelas 14:30.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



A sessão foi encerrada às 13 horas e 30 minutos e dela foi lavrada a presente ata que depois de aprovada pelos delegados, será assinada pela Presidente e Vice-Presidente da AdD.

Maria Manuel Oliveira,  
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Leonor Cintra Gomes,  
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

### Anexos:

- Ponto 4 – plano de atividades da AdD para 2023
- ponto 5 - Powerpoint “revisão da “lei das Ordens”
- ponto 6 - Powerpoint “revisão do CCP”
- ponto 7 - Powerpoint . Temas do 16ª congresso “qualidade e Sustentabilidade: construir o [nosso] futuro”
  - Pronuncia AdD sobre o Congresso